

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.044 - RO (2019/0252904-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
REQUERENTE : ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A
ADVOGADOS : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(S) - DF026966
FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551
ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
MUDROVITSCH ADVOGADOS - DF203712
ANA LETÍCIA CARVALHO DOS SANTOS - DF052903
TIAGO BATISTA RAMOS - RO007119
DANIEL NASCIMENTO GOMES - SP356650
REQUERIDO : LEANDRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : GUSTAVO CAETANO GOMES - RO003269A

DECISÃO

Trata-se de petição ajuizada por ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A., contra a decisão de fls. 271 (e-STJ), que determinou a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

A requerente aduz que o caso dos autos é de competência das Turmas que compõem a Segunda Seção.

É o relatório.

DECIDO.

O pedido não comporta conhecimento.

Isso porque a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do AgRg na Rcl nº 9.858/CE, de relatoria do Ministro Felix Fischer, DJe de 25/4/2013, firmou o entendimento de que, as decisões monocráticas que determinam a redistribuição dos autos não são passíveis de recurso, porquanto, se mostram destituídas de caráter decisório, gozando, tão somente, de natureza ordinatória.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REDISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE CONTEÚDO DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A determinação de redistribuição interna dos autos a um dos órgãos que integram o STJ não possui conteúdo decisório, o que inviabiliza a interposição de recurso, nos termos do art. 1.001 do CPC/2015 .

2. Esta Corte Superior possui entendimento consolidado de que 'é irrecorrível o despacho que determina a redistribuição ou atribuição dos autos, haja vista tratar-se de ato meramente ordinatório, bem como inexistir conteúdo decisório apto a causar gravame às partes' (STJ, AgRg na Rcl 9.858/CE, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, DJe de 25/4/2013). Precedentes: AgInt no AREsp 998.174/SC, Rel. Min. Gurgel

de Faria, Primeira Turma, DJe 3/8/2018; AgInt no REsp 1.553.730/SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 10/11/2017; AgInt no AREsp 826.867/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 27/10/2017. AgInt no REsp 1.400.596/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 23/4/2018; AgInt no REsp 1.758.549/CE, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 25/6/2019.

3. Agravo interno não conhecido" (AgInt no REsp 1.536.429/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 6/9/2019 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA QUE, EM OBSERVÂNCIA À COMPETÊNCIA INTERNA ESTABELECIDADA NO REGIMENTO INTERNO DO STJ, DETERMINA A REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A OUTRA SEÇÃO. ATO ORDINATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONTEÚDO DECISÓRIO. PREJUÍZO INEXISTENTE. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É irrecorrível a decisão agravada que, em observância à competência interna estabelecida no Regimento Interno do STJ, determina a redistribuição dos autos, haja vista tratar-se de ato meramente ordinatório bem como inexistir conteúdo decisório apto a causar gravame às partes. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido" (AgInt no REsp 1.758.549/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 30/5/2019, DJe 25/6/2019 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO. COMPETÊNCIA INTERNA. REDISTRIBUIÇÃO A UM DOS MINISTROS QUE COMPÕEM OUTRA SEÇÃO. PREJUÍZO. AUSÊNCIA.

1. 'É irrecorrível o despacho que determina a redistribuição ou atribuição dos autos, haja vista tratar-se de ato meramente ordinatório bem como inexistir conteúdo decisório apto a causar gravame às partes' (STJ, AgRg na Rcl 9.858/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, DJe de 25.4.2013).

2. Agravo interno não conhecido" (AgInt no AREsp 791.901/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 8/8/2017 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DETERMINAÇÃO DE REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS A TURMA DE OUTRA SEÇÃO DO STJ. ATO MERAMENTE ORDINATÓRIO. IRRECORRIBILIDADE.

1. Ante seu caráter meramente ordinatório, é irrecorrível decisão monocrática que determina a redistribuição dos autos.

2. Agravo interno não conhecido" (AgInt no REsp 1.567.604/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 9/2/2017 - grifou-se).

Ante o exposto, não conheço do pedido de fls. 272-275 (e-STJ).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se

Brasília-DF, 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator